

IMPRENSA E SINDICALISMO: as representações dos empregados do comércio de Teresina através dos jornais (1943-1983)

Eliane Aparecida Silva* e Solimar Oliveira Lima**

Resumo: este artigo, cuja ênfase recai sobre o sindicalismo comerciário teresinense, tem como objetivo central analisar o processo de organização nos primeiros 40 anos de sua trajetória, a partir dos discursos publicados na imprensa escrita de Teresina.

Palavras-chave: Sindicalismo. Comerciário. Teresina. Imprensa.

Abstract: this article, whose emphasis is on unionism Teresina in commerce, is mainly aimed to analyze the process of organizing the first 40 years of his career, from the speeches published in the written press in Teresina.

Keywords: Unionism. Comerciaro. Teresina. Press.

1 Introdução

Inicialmente, a fim de melhor caracterizar o processo de organização sindical dos empregados no comércio de Teresina, há que se traçar um paralelo com o movimento sindical brasileiro destacando os seus principais acontecimentos. Embora a ênfase recaia na trajetória sindical dos empregados do comércio de Teresina, faz-se uma relação com a situação sócio-econômica a fim de entender o modo como esta situação interferiu no processo de organização dos comerciários. Segundo Weffort (1973), a análise da conjuntura é relevante justamente por trazer ao nível do conhecimento estas encruzilhadas da história em que as orientações ideológicas e a capacidade de ação assumem uma importância decisiva.

Destacando a linha do discurso oficial que foi construído em torno da categoria comerciária, neste artigo abordam-se as ações e representações que marcaram a trajetória do Sindicato dos Empregados no Comércio de Teresina (S.E.C.T., na sua sigla original) nos seus primeiros 40 anos, suas formas de organização, principais reivindicações por melhores condições de trabalho e salariais, bem como as suas conquistas.

No que diz respeito à periodização, a temporalidade escolhida é colocada em termos de importância para o Sindicato dos Empregados do Comércio. O início do recorte em 1943 foi marcado por seu reconhecimento como Sindicato pelo

Ministério do Trabalho, o que trouxe para a categoria maior possibilidade de recebimento dos direitos sancionados pela legislação social. O recorte final, 1983, porque foi quando ocorreu a retomada desta entidade com a primeira vitória nas eleições do grupo de oposição à então diretoria vigente.

Na análise do contexto teresinense, observou-se que o sindicalismo se apresentou como uma temática recorrente nos jornais de circulação local. Por isso, fez-se uma análise das ações e representações do sindicalismo comerciário teresinense a partir dos discursos publicados nos jornais impressos. Para tal, o conceito de representação por Roger Chartier (1990) é de grande relevância. Este traz como proposta teórico-metodológica o conceito de representação, buscando percebê-lo como construções que os grupos fazem sobre suas práticas. Dessa forma, as representações dizem respeito ao modo como em diferentes lugares e tempos a realidade social é construída, pensada e dada a ler por diferentes grupos sociais. Ademais, as representações do mundo social são determinadas pelas relações de poder e pelos conflitos de interesses dos grupos sociais.

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um novo projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas.

Por isso essa investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação (CHARTIER, 1990, p. 17).

Então, o conceito de representação se apresenta como alternativa à compreensão do social e cultural da realidade, portanto, contribui para a análise das representações do sindicalismo comerciário de Teresina entre os anos de 1943 e 1983.

É inquestionável a importância do uso dos jornais como fonte de pesquisa no estudo histórico; através da imprensa, compreende-se melhor as atividades que marcaram a trajetória dos comerciários; afinal, os periódicos se tornaram fontes fundamentais para os estudos de temáticas diversas, como a própria história do movimento operário:

Dados acerca das formas de associação e composição do operariado, correntes ideológicas e cisões internas, greves, mobilizações e conflitos, condições de vida e trabalho, repressão e relacionamento com empregadores e poderes estabelecidos, intercâmbios entre lideranças nacionais e internacionais, enfim, respostas para as mais diversas questões acerca dos segmentos militantes puderam ser encontradas nas páginas de jornais, panfletos e revistas, que se constituíam em instrumento essencial de politização e arregimentação (LUCA, 2005, p. 119).

Neste estudo destacam-se as fontes hemerográficas, notadamente os jornais escritos de circulação local (Diário Oficial, Jornal do Comércio, Jornal do Piauí, jornal O Dia) localizados no Arquivo Público do Piauí, Casa Anísio Brito.

Inicialmente, trabalhou-se com o Diário Oficial, órgão noticioso que trazia principalmente as notícias do governo, servia à própria estrutura de poder durante o período estado novista. Neste periódico as notícias sobre o S.E.C.T. abordavam: convocação para assembleias, alteração de cargos, participação em homenagens aos poderes públicos em solenidades cívicas, cartas/telegramas enviados pela entidade ao presidente Vargas como forma de reivindicação e também de apoio ao seu governo.

O Jornal do Comércio, que teve como proprietário Bento Clarindo Bastos - filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) -, abordava notícias relacionadas ao sindicalismo no geral. Nas notícias editadas por esse jornal, destacam-se as críticas aos empregadores por não respeitarem as leis trabalhistas.

O jornal O Dia, fundado por Leão Monteiro em 1951, de viés opinativo, também era simpaticante do PTB. Em 1962, este periódico divulgou nas suas

páginas a “Coluna Sindical” escrita pelo então presidente do S.E.C.T., Deusdedit Sousa, mostrando que a entidade tinha espaço em um importante órgão do estado.

O presente estudo sofreu algumas limitações, ao analisar os primeiros anos do S.E.C.T., em virtude da dificuldade de encontrar fontes documentais, visto que poucos jornais circulavam a partir dos anos 1940; deste período, a maioria está lacrada. Ao investir junto ao Sindicato, a informação obtida foi a de que não dispunham sequer de ata/ estatuto de fundação ou de outros documentos dos primeiros 40 anos da entidade. Alegou-se que muitos documentos foram perdidos ou queimados propositadamente nas gestões anteriores. Buscou-se o estatuto de fundação nos cartórios mais antigos da cidade, porém, sem êxito.

A destruição do patrimônio documental desta entidade sindical é mais notória levando em conta as turbulências dos meios de comunicação controlados pelo regime militar. Constatou-se que as notícias sobre o S.E.C.T. pouco apareceram nos jornais, dificultando o levantamento dos prejuízos causados aos empregados no comércio teresinense e à sua entidade pelo regime militar para reparação moral, política e material.

2 Reflexões acerca do movimento sindical brasileiro e piauiense

Quando o Brasil passou a ser um país industrial, a classe trabalhadora ganhou uma importância maior. Por isso, durante o governo Getúlio Vargas implantou-se uma legislação trabalhista, sendo os sindicatos a principal via de organização dos assalariados urbanos. Em virtude das intensas reivindicações, a partir dos anos 1930 e 1940 teve início a elaboração de uma política voltada para o cidadão-trabalhador brasileiro:

É a partir desse momento, demarcado pela Revolução de 30, que podemos identificar de forma incisiva toda uma política de ordenação do mercado de trabalho, materializada na legislação trabalhista, previdenciária, sindical e também na instituição da Justiça do Trabalho. É a partir daí que podemos igualmente detectar – em especial durante o Estado Novo (1937-1945) – toda uma estratégia político-ideológica de combate à pobreza que estaria centrada justamente na promoção do valor do trabalho [...] (GOMES, 1999, p. 55).

Dessa forma, era imprescindível a intervenção do Estado, cujo imobilismo em anos anteriores foi apontado como as razões das inúmeras deficiências no setor trabalhista. Predominava, então, o discurso que procurava aproximar o Estado, na figura de Vargas, dos trabalhadores.

Todavia, o governo mostrava-se repressivo mediante qualquer reivindicação dos trabalhadores, reprimindo os que não se enquadravam às suas normas. Por esse motivo, o sindicato passou a ser controlado pelo Ministério do Trabalho, o qual determinava as condições de trabalho e salários.

Antunes (1988) afirma que, para que haja o entendimento da atuação do Estado varguista e do seu relacionamento com a classe operária, é preciso destacar que sua face repressiva manifesta-se inicialmente na formulação de uma política sindical controladora e que visou sujeitar politicamente a classe operária à dominação do capital através da dissolução de suas organizações independentes e, em função da resposta operária, do desencadeamento da repressão policial, que em determinados momentos foi incontrolável.

O modelo de estrutura sindical oficial ou corporativista foi difundido a partir dos anos 1930 e tinha como características principais o regime de sindicato único (por categoria e região), além da vigência do imposto sindical - uma contribuição anual obrigatória de todos os trabalhadores aos sindicatos. Estes passaram a ser órgãos de colaboração com o Estado e qualquer manifestação política ou ideológica ficava proibida.

No Piauí, os sindicatos são marcados por um sindicalismo voltado mais para o recebimento dos benefícios sociais do Estado do que para a reivindicação salarial. Em Teresina, de acordo Medeiros (1995), foram criados sindicatos que seguiam o modelo corporativista, destacam-se: Sindicato dos Criadores Piauienses (patronal), Sindicato dos Operários Sapateiros, Sindicato dos Operários em Construção Civil, Sindicato dos Operários Carpinteiros e Marceneiros, **Sindicato dos Empregados no Comércio de Teresina**, Sindicato dos Operários Pedreiros, Sindicato dos Operários Metalúrgicos e Mecânicos, Sindicato dos Engenheiros do Piauí, Sindicato dos Operários Panificadores Teresinenses.

Em 1943, foi sancionada pelo governo Vargas a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), principal instrumento para regulamentar as relações de trabalho e proteger os trabalhadores com o objetivo de unificar a legislação trabalhista. Os seus principais assuntos eram sobre o registro do trabalhador, jornada de trabalho, férias, medicina do trabalho, organização sindical e convenções coletivas.

A partir de 1945, a representação sindical passou a ser reconhecida na forma da lei, haja

vista a função importante dos sindicatos de beneficiar as classes operárias de cada setor trabalhista. Ademais, a modificação na organização sindical permitiu que os operários se sindicalizassem, já que antes estavam subordinados à onipotência do Ministério do Trabalho e da vontade governamental.

No Brasil, como consequência da debilidade do Estado Novo, houve o ressurgimento das lutas sindicais. Neste contexto, o número de greves dos trabalhadores cresceu e se estendeu por todo o Brasil, inclusive para o setor rural. Além disso, as mudanças ocorridas na legislação do trabalho fizeram com que aumentasse a quantidade de sindicatos no País. Portanto, a busca cada vez maior por melhores condições de trabalho incentivou a sindicalização da classe trabalhadora:

Ao findar do ano de 1954, havia atingido 2.172 o número de sindicatos no Brasil, contra 2.082, existentes em 1953. No ano passado, portanto, foram cadastradas pelo Serviço de Estatística da Previdência do Trabalho mais de 90 associações de gênero em todo o país, dos quais 58 eram formados de empregados, 28 de empregadores e 4 de profissionais liberais [...] (2.172..., 1956, p. 10).

O aumento considerável no número de sindicatos no Brasil na década de 1950 ocorreu devido à influência da ideologia trabalhista adotada pelo governo Vargas, que, com a aprovação e exaltação da legislação trabalhista, buscou incentivar a sindicalização; e o próprio Getúlio Vargas fazia questão de mencionar os benefícios alcançados pela classe trabalhadora, quando esteve em Teresina pela segunda vez em agosto de 1950. Outra conquista foi o aumento do salário dos comerciários a pedido do Sindicato dos Empregados no Comércio:

Como se vê, estão adiantadas as dermaches para o entendimento das justas pretensões dos comerciários desta capital, e poderemos admitir que a classe patronal concordou com uma boa parte da solicitação que lhe foi endereçada pelos empregados, sendo de esperar-se que tudo se harmonize sem deflagração de dissídio coletivo. [...] (AUMENTA..., 1952, p. 1).

Os trabalhadores piauienses tiveram outras reivindicações atendidas, dentre elas, a aprovação de um anteprojeto que regulamentava o direito de greve, porém, deviam obedecer aos dispositivos da lei, onde constava que a greve deveria ter um motivo convincente e pertinente às relações do trabalho.

A partir de 1964, quando o País esteve sob o controle restrito dos militares, foram frequentes as intervenções no movimento sindical. De acordo com Armando Boito Junior (1991, p. 46), "toda vida

interna dos sindicatos oficiais era rigidamente controlada. Havia o estatuto padrão detalhado e impositivo, regulando até os mínimos detalhes da vida de cada sindicato." A ação reivindicativa através dos sindicatos oficiais praticamente inexistia; e os que tentavam confrontar o governo sofreram forte repressão.

No Piauí, o movimento sindical persistiu com a legislação sindical corporativista. Na maioria dos sindicatos urbanos, houve intervenção, porém, a maioria foi reativada por diretorias pelegas. Medeiros (1995, p. 177) destaca que "de 1965 a 1980, foram criados 131 novos sindicatos - 46 patronais e 85 de trabalhadores."

No final da década de 1970 e início de 1980, quando houve um progressivo afrouxamento do controle governamental, o sindicalismo brasileiro viveu sua fase áurea com o ressurgimento do movimento sindical de massa. Marcava-se uma nova etapa da atuação sindical através da criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Naquela época, em substituição ao sindicalismo corporativista, foi inaugurado o novo sindicalismo - estrutura sindical caracterizada por sua atuação reivindicatória e que adotou como estratégia a vinculação mais efetiva entre o sindicato e os trabalhadores, estimulando o surgimento de novas lideranças sindicais. Os sindicatos procuraram organizar seus trabalhadores por local de trabalho, houve a ampliação do direito de greve e os trabalhadores começaram a ocupar um espaço no cenário político.

O movimento dos trabalhadores piauienses, por sua vez, integrou-se a esse esforço de renovação no âmbito nacional, através de um discurso de prática sindical que propôs o rompimento com as gestões sindicais tradicionais e participando do processo de criação da CUT no Piauí.

3 O processo de organização sindical dos empregados do comércio de Teresina

Os empregados no comércio começaram a se organizar, primeiramente, na forma de associação, fundada em outubro de 1928. Dentre os seus principais objetivos, zelar pelos interesses da classe, confederar-se com as demais existentes nos diversos estados da União, prestar aos seus associados auxílios médicos, publicar um periódico e representar os comerciários perante os governos sobre questões de interesses comerciais, agindo em seu benefício e justas pretensões.

A Associação dos Empregados do Comércio

de Teresina era constituída por sócios que exerciam funções do comércio, compondo-se de três categorias: fundadores, efetivos e voluntários (pagavam uma taxa fixa e contribuições estabelecidas). As admissões dos sócios eram feitas mediante requerimento do candidato aos três órgãos responsáveis pela direção da associação.

No decorrer da década de 1930, a entidade passou a ser denominada nos jornais de Sindicato dos Empregados no Comércio de Teresina. Os jornais impressos de circulação local noticiavam as convocações para assembleias gerais realizadas na sede da entidade, onde eram discutidos assuntos gerais do seu interesse: eleições para cargos sindicais, aprovação e reforma dos estatutos, discussão e aprovação de orçamentos, apresentação de relatório pela diretoria e pedido de reajustamento salarial com a classe empregadora.

No que se refere ao movimento sindical em Teresina, verificou-se uma forte influência da doutrina trabalhista ditada por Vargas. Nascimento (2002) observa que no período compreendido entre 1935 e 1945 não se encontram em registros nenhuma alusão a manifestações relacionadas a melhores condições de trabalho, salariais ou outras reivindicações trabalhistas. As notícias mais comuns eram referentes à participação em solenidades, destacando-se as que homenageavam autoridades políticas.

Criou-se uma espécie de **tempo festivo** com o objetivo de envolver a população em torno de comemorações que resumiam a imagem do regime. Para GOMES (2005) cada uma dessas festas assumiu o mesmo ritual: o presidente em pessoa falava para a multidão e, acentuando o momento mítico, grandes desfiles e músicas construíam a grandiosidade do espetáculo. Em Teresina, de acordo com informações publicadas no Diário Oficial, as comemorações seguiam esse mesmo ritual.

Em maio de 1942, o Diário Oficial (ASSOCIAÇÃO..., 1942) noticiava que a Associação Profissional dos Empregados no Comércio de Teresina convocou os seus associados para uma assembleia geral, com a finalidade de discutir e aprovar o projeto de novos estatutos elaborados de acordo com o modelo oficial. Contudo, o principal objetivo da assembleia era deliberar sobre o pedido de reconhecimento da referida associação profissional como sindicato da respectiva categoria (empregados do comércio), tendo por base alguns decretos-leis e as instruções das portarias ministeriais.

No ano seguinte, o Diário Oficial (SINDICATO..., 1943) congratulou a categoria informando o deferimento do pedido de reconhecimento como sindicato (o S.E.C.T.) pelo Ministro do Trabalho Marcondes Filho, ocorrido em 13 de abril de 1943:

Do Presidente do Sindicato dos Empregados no Comércio de Teresina, recebemos participação que muito agradecemos, de haver o exmo. Sr. Ministro Marcondes Filho, da pasta do Trabalho, deferido o pedido de reconhecimento daquela associação. Como sindicato, por despacho de 13 de abril transacto. Fazendo esse registro, enviamos ao S. E. C. T. os nossos melhores votos de prosperidade (SINDICATO..., 1943, p. 1).

Desse modo, o reconhecimento pelo Ministério do Trabalho deu aos empregados do comércio de Teresina maiores possibilidades de pleitear os benefícios decorrentes da legislação trabalhista de Vargas, contribuindo para efeito de reivindicações, negociações e acordos; também, para o recebimento de recursos provenientes de contribuições obrigatórias como o imposto sindical, por exemplo. Ainda no ano de 1943, de acordo com a imprensa escrita, passou a circular entre a categoria o Boletim do S. E. C. T., cuja finalidade era tratar dos interesses da classe.

Outra conquista significativa para a categoria foi o feriado no dia do empregado do comércio. As solenidades de comemoração da data consagrada à classe eram marcadas por palestras versando sobre as finalidades, direitos e vantagens da sindicalização, em face da legislação trabalhista vigente.

Como sempre vem sucedendo anualmente, os empregados no comércio têm hoje a feliz oportunidade de comemorar, em todos os quadrantes do nosso território, o 30 de Outubro. Classe antigamente destituída de prerrogativas e direitos que asseguram a estabilidade, em sentido amplo, de todo servidor da Nação, os comerciários, graças à sábia legislação social introduzida pelo nosso ínclito presidente Vargas, estão atualmente colocados em plano não menos superior. Data eminentemente consagrada aos que desenvolvem sua atividade exclusiva no comércio, é ela digna, por todos os títulos, da veneration e acatamento de todos os brasileiros. Como de praxe e para maior brilho das manifestações de regozijo pelo auspicioso evento, o comércio local permaneceu com as suas portas cerradas, hoje à tarde (DIA..., 1944, p. 8).

A citação acima, embora seja longa, evidencia que a participação nas comemorações era uma tentativa de legitimar o discurso oficial em relação que aos trabalhadores comerciários de Teresina. Porém, se a categoria estava satisfeita com a política varguista, é difícil saber, pois o órgão oficial defendia os interesses da classe patronal.

Na conjuntura sócio-econômica vivenciada nos anos 1940 e 1950, Teresina emergiu como centro da economia piauiense e os recursos originavam-se

principalmente da atividade comercial. Com isso, houve o aumento do número de estabelecimentos comerciais e, conseqüentemente, de trabalhadores empregados. Daí, a importância dos sindicatos como forma de organizar e representar esses trabalhadores, à medida que crescia a pressão por reformas econômicas e sociais, embora naquele período as mobilizações sociais fossem muito ocasionais.

No que se refere à representatividade das atividades comerciais, o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários (IAPC) e a Academia Comercial Piauiense (ACP) eram órgãos que tratavam dos interesses relacionados aos comerciários, dos empregadores e empregados. No primeiro caso, tratava-se de uma organização de previdência que beneficiava os comerciários segurados com pagamentos de pensões (por óbito) e aposentadoria (por invalidez), também resolvia problemas de habitação e assistência médica. A imprensa escrita noticiava com frequência as atividades ligadas ao IAPC.

Em uma carta endereçada a Getúlio Vargas, em 1944, publicada no Diário Oficial (APELO..., 1944) na íntegra, o então presidente do S.E.C.T., Leucipo Veiga de Almeida, enumerava algumas reivindicações: aumento salarial, dilatação do período de férias, estabilidade no emprego após cinco anos de serviço, participação nos lucros da empresa, casa própria e o pagamento integral do salário ao associado durante o período de enfermidade; além disso, enfatizava a importância da sindicalização obrigatória pelos seus benefícios, ao reunir os trabalhadores para o fortalecimento da estrutura sindical.

O Sindicato dos Empregados no Comércio também apresentou à ACP, órgão representativo dos empregadores que oferecia cursos de aperfeiçoamento aos comerciários, um memorando pleiteando a adoção da Semana Inglesa (expressão utilizada pelos empregados no comércio, assim como por outros movimentos sindicais, para identificar a proibição do trabalho nos sábados à tarde, domingos e feriados, a exemplo do que ocorria em vários países europeus) no comércio teresinense. A justificativa era que traria mais benefícios não só ao empregado como também ao empregador, visto que teria mais disposição para trabalhar durante a semana, caso tivesse o descanso nos fins de semana.

Percebe-se que a principal reivindicação da categoria foi o aumento de salário, considerado

pelo comerciante desproporcional ao custo de vida. Em outra matéria publicada no Diário Oficial (SINDICATO..., 1945, p. 5) para justificar o pedido de aumento, a entidade expôs a tabela demonstrativa da alta de preços das principais utilidades, bem como a tabela de elevação dos salários. Portanto, o descontentamento com os salários baixos foi o principal fator de mobilização da categoria comerciária na década de 1950, e repercutiu bastante nos jornais de circulação local.

O Jornal do Comércio (OS EMPREGADORES..., 1952), o qual atuou como órgão informativo das atividades ligadas ao trabalho e sindicalismo, fez uma crítica aos empregadores que não davam o aumento salarial aos seus empregados; inclusive chegando a criticar o sindicato da categoria comerciária e pedir a sua colaboração no sentido de fiscalizar a classe empregadora:

Certos empregadores do comércio de Teresina, até o momento, não pagaram aos seus modestos empregados (que passam horribes privações) o insignificante aumento de salário, desrespeitando sem qualquer punição, a Lei já publicada no "Diário Oficial", em edição de [30] trinta de março do corrente ano. E os empregados, como todos nós sabemos, não recebem os benefícios que a lei lhes concede visto como vem acontecendo em nosso país e de um modo especial em nossa Teresina, isto porque a fiscalização é ineficiente de um modo por demais escandaloso, não podendo o empregado fazer as suas justas reclamações, em virtude da inutilidade (na maioria) dos fiscais do sindicato que não se prestam para tal administração, pois levam o tempo tomando "Chica Bôa" com limão em todos os botequins da cidade num verdadeiro bate-papo com os seus amigos proprietários e gerentes das principais firmas da cidade (OS EMPREGADORES..., 1952, p. 5)

Como se vê, os sindicalistas comerciários colocaram como maior fator de mobilização, além do comparecimento às assembleias, as discussões sobre as questões salariais e por ocasião da eleição para renovação das diretorias. Porém, o que chama atenção na citação acima é a denúncia de corrupção contra os dirigentes sindicais feita por um órgão noticioso que tratava das questões sindicais.

No ano de 1958, somente no mês de julho, por exemplo, foram realizadas cerca de seis assembleias pelo S.E.C.T. convocadas pelo então presidente Paravecini Viana de Sousa (SINDICATO..., 1958) - logo, as principais pautas discutidas pelos comerciários nos ajudam a entender como a categoria se movimentava: leitura de relatório referente ao exercício do ano anterior, discussão e aprovação da proposta orçamentária para o ano de 1959, discussão para a aprovação do

plano para a instituição de uma caixa de empréstimos ou fundação de cooperativa de crédito e efetuar operação imobiliária com o instituto dos comerciários destinada à aquisição da sede própria. Neste mesmo ano, ainda foi realizada eleição de novos cargos dentro da entidade.

Vale destacar que na década de 1960 o sindicalismo foi tema recorrente nas páginas do jornal O Dia, este dedicou uma coluna especial para os sindicalistas piauienses, denominada "Coluna Sindical", que trazia vários informativos sobre a legislação trabalhista, notícias dos sindicatos teresinenses e piauienses, suas reivindicações e conquistas, decisões das assembleias gerais, avisos e convocações para reuniões de candidatos indicados pelos líderes sindicais. Nesta coluna, constantemente, publicava-se notícias sobre o S.E.C.T.; afinal, o seu redator era o então presidente da entidade, Deusdedit Sousa.

Em uma nota de agradecimento, em 17 de julho de 1962, a "Coluna Sindical" (1962a) noticiou que a Câmara Municipal de Teresina aprovou o projeto de lei concedendo isenção de impostos e taxas relativas à transmissão de terreno adquirido pelo S.E.C.T. para construir sua sede própria, uma das maiores aspirações da entidade:

O Sindicato dos Empregados no Comércio de Teresina acaba de adquirir um terreno de 9 x 14 metros na travessura David Caldas, na zona central da cidade, para edificar sua sede social. Os serviços de construção devem começar ainda este ano, mas para isso o Sindicato, emitiu o bônus, com os quais vendidos a comerciários, comerciantes e amigos outros, pretende deixar senão concluídos pelo menos em vias de conclusão a sede própria - que será um edifício de dois pavimentos (COLUNA..., 1962a, p. 3).

Com o objetivo de ajudar o sindicato a construir a sede própria (COLUNA..., 1962b), foi emitido e distribuído entre os comerciários o chamado bônus pré-aquisição da sede própria. Estes eram encontrados nos principais estabelecimentos comerciais da capital, na Casa Inglesa e na Casa Marc Jacob. Ainda, na Coluna Sindical foi divulgado que uma única chapa foi registrada na secretaria do S.E.C.T. para concorrer à eleição em 1962, encabeçada pelo Sr. José Maria Silva de Carvalho.

Além disso, foi criada pelo governo Chagas Rodrigues (1959-1962) a sede do Conselho Sindical - que promoveu cursos de orientação/aperfeiçoamento sindical compostos das seguintes matérias: legislação sindical, legislação do trabalho, segurança e higiene do trabalho, cooperativismo e previdência social, os quais funcionavam nos horários noturnos. O referido

Conselho reunia-se para discutir assuntos políticos, situação econômica do País, indicação para cargos políticos ou na área do trabalho e sindical. Em uma nota da Coluna Sindical (1962b), o redator Deusdedit Sousa lamentava a renúncia do governador Chagas Rodrigues para candidatar-se a outro cargo, enfatizando sua boa relação com a classe sindical piauiense e os benefícios que trouxe para os trabalhadores em geral.

Em janeiro de 1964, o pedido de aumento salarial pelos comerciários gerou dissídio coletivo. O jornal Folha da Manhã (SINDICATO..., 1964) publicou a Ata de Audiência de Instrução e Conciliação no Dissídio Coletivo suscitado pelo S.E.C.T. contra a classe patronal. Na ocasião, o presidente da entidade, José Mário Silva de Carvalho, apresentou as condições para o acordo. Dentre as propostas da classe patronal aceitas pela categoria, destacou-se que as obrigações atingiriam aos empregados das categorias profissionais do grupo dos empregados do comércio, e que o aumento deveria atingir a todos os empregados do comércio e não apenas os sindicalizados.

No que se refere ao aspecto sócio-econômico e político:

[...] a cidade de Teresina, no período compreendido entre 1950 e 1970, viveu um processo de transformações econômicas e sociais ligadas diretamente ao modelo econômico proposto pelos governos populistas e militares. Nessa época o governador do estado Helvídio Nunes de Barros afirma, por exemplo, que a cidade é pequena, pessimamente iluminada, possui um deficiente e precário serviço de abastecimento d'água e não dispõe de asfalto, esgoto sanitário ou sistema de comunicação. Teresina era, assim, o retrato da pobreza e do atraso do Piauí, denunciando a imprensa escrita local até a falta de produtos de primeira necessidade, como a carne e o café [...] (NASCIMENTO, 2007, p. 197).

Teresina, como centro urbano mais desenvolvido do estado, constituiu-se polo de atração de intenso fluxo migratório nas décadas de 1960, 1970 e 1980, contribuindo para o processo de urbanização em todo o estado piauiense. Logo, criou-se uma periferia urbana com uma massa de desempregados. Embora a situação fosse de insatisfação, não se constituiu um movimento social mais ativo, pois o movimento sindical ainda se encontrava tutelado. Segundo Medeiros (1995, p. 177) “na maioria dos sindicatos houve intervenção, sendo a maioria reativada por diretorias pelegas.”

O comércio se expandiu pela implantação de filiais de grandes firmas, tanto regionais como

nacionais, na capital, contribuindo para o processo de terceirização na economia urbana. De acordo com Tajra (1995, p. 151) “no decorrer dos anos 1970, ganhou destaque o crescimento do comércio lojista com a chegada de algumas lojas de alto padrão na capital, como a Lojas Brasileiras (Lobrás), Casas Pernambucanas, Lojas Jet e o magazine do grupo Pintos.”

Desse modo, a base de representação sindical foi ampliada. Além dos trabalhadores do comércio, os dos setores de serviços passaram a ser representados nos anos 1980. Tal fato repercutiu nas formas de organização do capital e do trabalho de Teresina, observando-se uma movimentação organizativa do segmento sindical de trabalhadores urbanos em busca de melhores condições de cidadania, a destacar os empregados do comércio.

Paralelamente ao processo de revitalização do movimento sindical ocorrido no Brasil nos anos 1980, em Teresina, um grupo de sindicalistas conduziu o processo de filiação do sindicato dos comerciários. Nesse período, ocorreu a primeira vitória nas eleições sindicais dos empregados no comércio teresinense, originando uma nova forma de condução da luta dos trabalhadores desse setor; também foi deflagrada a primeira greve da categoria, em virtude da disposição dos dirigentes e dos trabalhadores de conquistarem melhores condições de trabalho.

Estratégia para uma virada sindical urbana do Piauí foi a renovação do Sindicato dos Comerciários. Pilar da estrutura sindical tradicional, pela liderança que sua diretoria exercia sobre praticamente todo o movimento sindical urbano piauiense, sua mudança de rumo foi decisiva, com repercussões em outros sindicatos e na consolidação da CUT no Piauí. Nessa perspectiva, num momento posterior, pode-se situar a renovação do Sindicato dos Bancários. Por sua capacidade de intervenção e por sua articulação nacional, a nova orientação desse sindicato em muito fortaleceu o processo de afirmação dos sindicatos como interlocutores representativos e legítimos, ante os empregadores, o governo e a sociedade. Bancários, comerciários, servidores e empregados do setor público e trabalhadores são hoje a base da CUT (MEDEIROS, 1995, p. 181).

No ano de 1983, iniciou-se uma nova etapa na trajetória da organização dos comerciários em Teresina, quando se formou um grupo de oposição à diretoria vigente por iniciativa de alguns associados com experiência de militância. No ano seguinte, o grupo de oposição conseguiu articular a primeira chapa para concorrer às eleições daquele ano, contrapondo-se à chapa da diretoria presidida por José Noronha Teixeira, que, por cinco gestões consecutivas, controlou a entidade. O registro das

chapas concorrentes ocorreu num clima de tensão e hostilidade; porém, a chapa de oposição conseguiu sair vitoriosa.

4 Conclusão

A discussão feita até aqui permite algumas conclusões sobre o movimento sindical organizado pelos empregados do comércio de Teresina nas primeiras décadas de sua trajetória. Este não se desenvolveu como um movimento sindical autônomo, em virtude do seu atrelamento ao chamado sindicalismo oficial ou corporativista. Além disso, na construção de sua representação através dos jornais impressos, observou-se que o principal fator de mobilização da categoria foram as discussões sobre as questões salariais e o comparecimento às assembleias, onde eram discutidos os diversos interesses da classe ●

Referências

- 2.172 sindicatos em 1954. *Jornal do Piauí*, Teresina, a. V, n. 389, p. 10, 25 mar.1956.
- ANTUNES, R. *Classe operária, sindicatos e partidos no Brasil: um estudo sobre a consciência de classe, da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora*. 2. ed. São Paulo: Cortez; Ensaio, 1988.
- AUMENTA o salário dos comerciários. *O Piauí*. Teresina, a. LXII, n. 767, p. 1, 13 mar. 1952.
- APELO dos Comerciários de todo o Brasil a S. Excia. o Sr. Presidente da República. *Diário Oficial*, Teresina, a. XIV, n. 147, p. 13, 30 nov. 1944.
- ASSOCIAÇÃO Profissional dos Empregados no Comércio de Teresina. *Diário Oficial*, Teresina, a. XII, n. 110, p. 8, 21 maio 1942.
- BOITO JUNIOR, A. et al. *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Diefel, 1990.
- COLUNA sindical. *O Dia*, Teresina, a. XII, n. 995, p. 3, 01 jul. 1962a.
- COLUNA sindical. *O Dia*, Teresina, a. XII, n. 998, p. 3, 08 jul. 1962b.
- DIA do empregado no comércio. *Diário Oficial*, Teresina, a. XIV, n. 133, p. 8, 30 out. 1944.
- GOMES, A. C. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: PANDOLFI, D. C. (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 53-72.
- GOMES, A. C. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- LUCA, T. R. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.
- MEDEIROS, A. J. Movimentos sociais no Piauí. In: SANTANA, R. N. M. (Org.). *Piauí: formação, desenvolvimento e perspectivas*. Teresina: Halley, 1995. p. 159-184.
- NASCIMENTO, F. A. *A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina - (1937- 1945)*. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2002.
- NASCIMENTO, F. A. Cajuína e cristalina: as transformações espaciais vista pelos cronistas que atuaram nos jornais de Teresina entre 1950 e 1970. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 195-214, 2007. [on-line]. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S0102-01882007000100009&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 29 jun. 2009.
- OS EMPREGADORES e suas promessas. *Jornal do Comércio*, Teresina, a. 5, n. 956, p. 5, 20 jun. 1952.
- SINDICATO dos empregados no comércio de teresina. *Diário Oficial*, Teresina, a. XIII, n. 64, p. 1, 10 maio 1943.
- SINDICATO dos empregados no comércio de teresina. *Diário Oficial*, Teresina, a. XV, n. 104, p. 5, 25 ago. 1945.
- SINDICATO dos Empregados no Comércio de Teresina. *Jornal do Comércio*, Teresina, a. 11, n. 1.402, p. 4-6, 27 jul. 1958.
- SINDICATO dos empregados no comércio de Teresina. *Folha da Manhã*, Teresina, a. 1.690, p. 7, 11 jan. 1964.
- TAJRA, J. E. O comércio e a indústria no Piauí. In: SANTANA, R. N. M. (Org.). *Piauí: Formação, desenvolvimento e perspectivas*. Teresina: Halley, 1995. p. 133-158.
- WEFFORT, F. C. Origens do sindicalismo populista no Brasil: a conjuntura do após-guerra. *Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 4, p. 65-105, 1973.

*** Mestranda em História do Brasil na Universidade Federal do Piauí (UFPI), desenvolvendo pesquisa intitulada "Trabalho e organização sindical: história e memória do Sindicato dos Comerciários de Teresina (1984-2000)", orientada pelo prof. Dr. Solimar Oliveira Lima (UFPI) – Linha de Pesquisa: História, Cidade, Memória e Trabalho, e graduada em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI) / Bolsista Capes. (e-mail: elianegemea@yahoo.com.br).**

**** Doutor em História do Brasil (PUC- RS); professor do Departamento de Ciências Econômicas e do Mestrado de História do Brasil (UFPI). (e-mail: s.olima@bol.com.br).**